

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.310 - GO (2018/0320802-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MURILLO MACEDO LÔBO
ADVOGADOS : MURILLO MACEDO LÔBO - GO014615
FÁBIO SANTANA NASCIMENTO E OUTRO(S) - GO026358
RAONI SALES DE BARROS - GO029478
GUILHERME DA COSTA FERNANDES - GO039431
THIAGO HENRIQUE VAZ DOS REIS - GO043268
AGRAVADO : SEBASTIAO FERREIRA LEITE
ADVOGADO : ROMERO FERRAZ FILHO E OUTRO(S) - GO033000

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 327, e-STJ):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. OFENSAS RECÍPROCAS. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.

Não implica em dano moral indenizável a troca de ofensas e acusações, mormente quando travada acalorada discussão entre as partes, não extrapolando a seara do mero dissabor.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, o agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que tem direito à indenização pelos danos morais suportados.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 386/395, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 397/398, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes

dos autos, consignou que não houve, por parte do réu, a intenção de ofender a imagem e a honra do recorrente, tendo ocorrido, tão somente, troca de desabaços entre as partes, por ocasião de um debate. Concluiu-se terem ocorrido, na hipótese, meros aborrecimentos, e não danos morais.

Transcrevo, assim, trecho do acórdão recorrido (fls. 328/330, e-STJ):

Na espécie, tem-se não merecer acolhimento a insurgência recursal, posto que, como bem esclarecido pelo magistrado singular, não houve por parte do réu a evidente intenção de ofender a honra e a imagem do autor, tendo ocorrido, tão somente, troca de desabaços entre as partes, envolvidas em acalorado debate.

Nesse sentido, em remissão aos fundamentos estampados na sentença, que a este ficam incorporados, transcrevo:

"Ocorre que, conforme se extrai da discussão protagonizada pelas partes (fls. 51/53) foram feitas críticas de ambos os lados, em um diálogo de cunho eminentemente político.

A discussão política, ainda mais em casos como o da presente que são de ampla repercussão na mídia causa grande comoção por parte dos adeptos de ambos os lados.

Observa-se que no caso dos autos as ofensas proferidas possuem o ânimo de criticar e defender a posição e visão política de cada um e não a vontade de ofender a honra e a imagem da pessoa de forma gratuita.

Assim, não há que se falar em ato ilícito praticado pelo Réu, ou mesmo em ofensa à moral do Requerente, uma vez que o Suplicado apenas rebateu uma crítica proferida pelo Autor contra o partido do qual é adepto.

(...)

Muito tênue a linha existente entre os direitos constitucionais da liberdade de expressão e da proteção à intimidade. Não há como, nos dias de hoje, em que a internet é acessível a todos e as notícias, ainda mais de cunho político, tendo em vista os diversos escândalos e investigações que surgem a cada dia, que circulam em extrema velocidade e amplitude, atribuir responsabilidade civil por meras opiniões. Caso o fizesse seria como punir o ser humano por seu livre arbítrio e pensamento.

Ademais, não é toda e qualquer ofensa que dá ensejo a reparação por danos morais, conforme entendimento jurisprudencial:

(...)

No caso dos autos a publicação feita não lesou a honra da parte autora, uma vez que na atual situação em que o país vive, os leitores dos mais diversos meios de comunicação, ainda mais das redes sociais, já estão acostumados a presenciarem discussões acaloradas, com críticas proferidas de um contra o outro, sem que isso implique em julgamento de alguma das partes.

O simples fato do Suplicado ter escrito que o Requerente seria corrupto não induz aos leitores a acreditarem naquilo, quando o pano de fundo foi uma acalorada e apaixonante discussão política. A comoção que o país vive hoje e a divisão do povo entre os partidários da esquerda e direita não autoriza condenação por indenização por danos morais, quando as agressões vieram deste debate, uma vez que público e notório que os seguidores não levam em consideração e não consideram como críveis as atribuições de condutas feitas nessa seara, proferidas em momento de discussão acalorada e fruto da paixão.

Soma que o Autor também provocou ao insistir em críticas ácidas ao partido do Suplicado, quando sabido que ele faz parte da cúpula Municipal e, inclusive, naquela época, era Secretário Municipal na gestão do então Prefeito do Partido dos Trabalhadores.

Logo, não há evidência nenhuma de que estas agressões foram consideradas como sérias e a ponto de atingir a honra do Autor."

Percebe-se, assim, que houve mútua provocação entre as partes, não tendo o réu, contudo, agido com nítida volição ofensiva, apenas redarguindo os comentários lançados pelo próprio autor, o qual, por sinal, não é isento de culpa, tendo, como se evidencia da conversa retratada às fls. 51/52, proferido veementes e ácidas críticas ao partido ao qual o réu é filiado e a seus dirigentes.

Aliás, parece que foi o autor, e não o réu, quem primeiro desferiu comentários negativos, como "sou contra o uso da política como projeto de poder de grupo cujos líderes estão na Papuda" e "se ser alienado político não é seguir cegamente partidos corruptos, você está certo", tendo o réu apenas defendido o seu posicionamento, em resposta às alegações do autor, travando-se, então, acirrada discussão.

É tão exacerbada a atitude belicosa demonstrada pelo autor que tece ele, no próprio recurso de apelação, comentários e insinuações desagradáveis não só contra o réu, mas também contra a magistrada singular, situação infeliz e que beira o descumprimento dos deveres de lealdade e urbanidade, de observância obrigatória entre todos os partícipes processuais.

Na espécie, é possível concluir que houve discussão severa, imbuindo as partes de mútua contrariedade, situação capaz de afastar a alegada ocorrência de dano moral, por enquadrar-se como situação de mero aborrecimento, como restou bem delineado na sentença.

Destarte, não merece censura o ato sentencial que rejeitou a pretensão indenizatória.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.
3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

